



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682657 - SP (2021/0234209-3)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
IMPETRANTE : JOSEMARIO SEBASTIAO DA SILVA
ADVOGADO : JOSEMÁRIO SEBASTIÃO DA SILVA - SP342885
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARIO GABRIEL LISBOA RIBEIRO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARIO GABRIEL LISBOA RIBEIRO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2165670-27.2021.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante em 15/7/2021 pela suposta prática do crime previsto no artigo 33, *caput*, da Lei nº 11.343/06. O flagrante foi convertido em preventiva.

Impetrado prévio *writ* na origem, a liminar foi indeferida.

O impetrante sustenta que a Súmula 691/STF deveria ser afastada, pois seria caso de flagrante ilegalidade, ante a ausência de fundamentação devida.

Alega que o decreto preventivo estaria baseado apenas na gravidade em abstrato do delito e na comoção social causada na sociedade.

Afirma que o paciente é primário, tem residência fixa e ocupação lícita.

Além disso, aduz que a quantidade de droga apreendida seria pequena.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente, com expedição do alvará de soltura.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS.
EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM
PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO
CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO.
CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE

DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, porquanto o relator, na origem, consignou que (e-STJ fl. 55):

[...] conforme se constata dos autos, a Autoridade apontada como coatora bem justificou a necessidade da prisão do Paciente, com base nos indícios suficientes da autoria e prova da materialidade, a apontar no tráfico ilícito de drogas e, neste sentido, a i. Magistrada considerou a quantidade de drogas (14 porções de crack e 11 porções de cocaína e R\$86,00), bem como, a confissão do Paciente que assumiu aos policiais estar praticando o tráfico de drogas, justificando o crime pelo fato de estar desempregado. Desta forma, a decisão foi lastreada em elementos de convicção com base em dados concretos nos autos, considerando, ainda, a gravidade do delito e para garantir a ordem pública e conveniência da instrução criminal (fls. 47/49).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente habeas corpus.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência